



SER 300 Introdução ao Geoprocessamento

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE/ São José dos Campos

Docente: Dr. Antonio Miguel Vieira Monteiro
Dr. Claudio Clemente Faria Barbosa

Discente: Bruna Maria Pechini Bento

Proposta do Trabalho Final

Diretrizes para o Macrozoneamento e Plano Diretor quanto ao crescimento urbano de São José dos Campos- SP através do uso de técnicas de Geoprocessamento para o cálculo do estoque de áreas aptas ao crescimento urbano

A lei 10.257 de 10 de julho de 2001, denominada Estatuto da Cidade, regula “o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental”.

A fim de se atingir este objetivo cada município com mais de 20 mil habitantes cria estratégias, a longo prazo, para estabelecer um destino específico que se pretende dar às diferentes regiões de cada município, através de um instrumento conhecido como Plano Diretor.

Como consequência do acelerado processo de urbanização que o Brasil passou nas últimas décadas muitas cidades cresceram de maneira desordenada ocupando áreas impróprias para habitação, sendo, portanto para Santos (2004, p.53) “o resultado da acumulação de atividades de muitas gerações”.

Assim, mesmo um Município tendo um Plano Diretor bastante concreto, nem sempre a constante transformação urbana caminha conforme previsto por suas leis resultando num cenário de riscos e problemas de ordenamento e de uso da terra.

Essa discussão está intimamente atrelada a questões ambientais. De maneira simplificada, o território é primeiramente ocupado onde é mais propício. Quando o estoque de áreas favoráveis à ocupação chega ao fim a mancha urbana avança sobre as áreas de várzea e esta, por fim, quando saturada passa a ocupar também os mares de morros.

A utilização de sensoriamento remoto aliado a técnicas de mineração de dados possibilitam a extração automática de importantes informações a respeito da ocupação

de cada área, ou seja, se está adequada conforme prevê o Plano Diretor ou em conflito com a lei quanto ao seu uso.

Essas informações não só nos permitem enxergar com maior clareza as tendências de crescimento bem como nos auxiliam no planejamento da gestão do tecido urbano.

Neste sentido, o presente estudo busca, através do uso de técnicas de Geoprocessamento, calcular o estoque de áreas passíveis ao crescimento urbano no Município de São José dos Campos bem como servir de diretriz às políticas públicas de natureza estratégica para um refinamento no Plano Diretor e Macrozoneamento.

Para isso, serão analisadas as áreas restritas ao crescimento conforme previsto pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de São José dos Campos e o Código Florestal que correspondem às unidades de conservação, áreas de preservação permanente e ambiental além de áreas com declividade maior que 30%.

O resultado da sobreposição e cruzamento de todas as restrições, através da Linguagem Espacial para Geoprocessamento Algébrico - LEGAL representará as áreas não propícias para ocupação. Também será possível analisar quais dessas áreas já foram indevidamente ocupadas. Em contrapartida, as áreas não demarcadas representarão o estoque de área para crescimento urbano e, portanto, para onde este deve ser direcionado.

Referências Bibliográficas

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Congresso Nacional: Brasília, 1988. Lei Federal 10.257 de 10.07.2001 - Estatuto da Cidade, 2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. *Plano Diretor De Desenvolvimento Integrado*. São José Dos Campos, 2006.

BRASIL, Lei Federal (1965). Código Florestal Brasileiro – Lei nº 4771, DF: Congresso Federal, 1965.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. *Plano Diretor De Desenvolvimento Integrado*. 2006.

SANTOS, M. *Pensando o Espaço e o Homem*. 5ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.